

ViaRondon
Concessionária de
Rodovia S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias em
30 de junho de 2016**

Conteúdo

| | |
|--|-----------|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias | 3 |
| Balancos patrimoniais | 5 |
| Demonstrações de resultados | 6 |
| Demonstrações de resultados abrangentes | 7 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 8 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto | 9 |
| Demonstrações do valor adicionado | 10 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias | 11 |



KPMG Auditores Independentes
Passeio das Castanheiras, 431 - Salas 407 a 411
Condomínio Tríade - Torre Nova York - Parque Faber Castell
13561-384 - São Carlos/SP - Brasil
Caixa Postal 708 - CEP 13560-970 - São Carlos/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 2106-6700, Fax +55 (16) 2106-6767
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Lins - São Paulo

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia



para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 33 às demonstrações financeiras intermediárias, que divulgam os eventos e as medidas tomadas pela Companhia relacionadas ao mandado de busca e apreensão de documentos em sua sede, expedido pelo Supremo Tribunal Federal. O entendimento da Administração sobre esse assunto, atualmente em andamento, está descrito na referida nota explicativa. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações financeiras intermediárias é como informação suplementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Carlos, 14 de outubro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

| Ativo | Notas | 30/06/2016 | 31/12/2015 | Passivo | Notas | 30/06/2016 | 31/12/2015 |
|---|-------|------------------|------------------|--|-------|------------------|------------------|
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 8 | 5.744 | 13.223 | Empréstimos e financiamentos | 15 | 66.310 | 64.803 |
| Aplicações financeiras | 9 | 36.386 | 47.023 | Debêntures | 16 | 33.513 | 402.628 |
| Contas a receber | 10 | 9.860 | 10.602 | Fornecedores | 17 | 26.022 | 31.815 |
| Adiantamento a fornecedores e outros créditos | 11 | 8.291 | 7.174 | Fornecedores – risco sacado | 17.1 | 9.996 | - |
| Despesas pagas antecipadamente | | <u>740</u> | <u>345</u> | Tributos a recolher | | 2.406 | 2.319 |
| Total do ativo circulante | | <u>61.021</u> | <u>78.367</u> | Obrigações sociais | | 4.616 | 3.892 |
| | | | | Outras contas a pagar | | 2.541 | 190 |
| Não circulante | | | | Provisão para manutenção | 18 | <u>25.225</u> | <u>18.661</u> |
| Realizável a longo prazo | | | | Total do passivo circulante | | <u>170.629</u> | <u>524.308</u> |
| Depósitos judiciais | | 1.363 | 640 | Não circulante | | | |
| Imobilizado | 13 | 7.554 | 6.126 | Empréstimos e financiamentos | 15 | 174.073 | 231.173 |
| Intangível | 14 | <u>939.334</u> | <u>927.156</u> | Debêntures | 16 | 404.389 | - |
| Total do ativo não circulante | | <u>948.251</u> | <u>933.922</u> | Provisão para manutenção | 18 | 22.607 | 21.396 |
| | | | | Imposto de renda e contribuição social diferidos | 19 | 20.890 | 21.548 |
| | | | | Provisão para contingências | 20 | <u>1.558</u> | <u>1.321</u> |
| | | | | Total do passivo não circulante | | <u>623.517</u> | <u>275.438</u> |
| | | | | Patrimônio líquido | | | |
| | | | | Capital integralizado | 21 | 265.811 | 225.811 |
| | | | | Prejuízos acumulados | | <u>(50.685)</u> | <u>(13.268)</u> |
| | | | | Total do patrimônio líquido | | <u>215.126</u> | <u>212.543</u> |
| | | | | Total do passivo | | <u>794.146</u> | <u>799.746</u> |
| Total do ativo | | <u>1.009.272</u> | <u>1.012.289</u> | Total do passivo e patrimônio líquido | | <u>1.009.272</u> | <u>1.012.289</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

| | Notas | 2016 (3 meses) | 2015 (3 meses) | 2016 (6 meses) | 2015 (6 meses) |
|--|-------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Receita operacional líquida | 21 | 56.081 | 72.425 | 103.793 | 124.788 |
| Custo dos serviços prestados | 22 | (33.878) | (22.192) | (59.387) | (47.140) |
| Custo de construção | 22 | <u>(15.585)</u> | <u>(29.966)</u> | <u>(22.710)</u> | <u>(40.075)</u> |
| Lucro bruto | | 6.618 | 20.267 | 21.696 | 37.573 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 22 | <u>(2.115)</u> | <u>(3.586)</u> | <u>(3.951)</u> | <u>(4.153)</u> |
| Resultado antes das receitas e despesas financeiras | | 4.503 | 16.681 | 17.745 | 33.420 |
| Receita financeira | 23 | 753 | 1.829 | 1.925 | 3.491 |
| Despesa financeira | 23 | <u>(26.683)</u> | <u>(24.139)</u> | <u>(57.745)</u> | <u>(53.612)</u> |
| Despesas financeiras líquidas | | <u>(25.930)</u> | <u>(22.310)</u> | <u>(55.820)</u> | <u>(50.121)</u> |
| Resultado antes dos impostos | | (21.427) | (5.629) | (38.075) | (16.701) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 19 | <u>328</u> | <u>321</u> | <u>658</u> | <u>647</u> |
| Prejuízo do período | 24 | <u>(21.099)</u> | <u>(5.308)</u> | <u>(37.417)</u> | <u>(16.054)</u> |
| Prejuízo básico diluído por ação em reais - R\$ | | <u>(0,07301)</u> | <u>(0,01837)</u> | <u>(0,12947)</u> | <u>(0,05555)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

| | 2016 (3 meses) | 2015 (3 meses) | 2016 (6 meses) | 2015 (6 meses) |
|---|------------------------|-----------------------|------------------------|------------------------|
| Prejuízo do período | (21.099) | (5.308) | (37.417) | (16.054) |
| Outros resultados abrangentes | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Total de resultado abrangente do período | <u><u>(21.099)</u></u> | <u><u>(5.308)</u></u> | <u><u>(37.417)</u></u> | <u><u>(16.054)</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

| | Capital integralizado | | | Reservas de lucros | | | Total |
|--|-----------------------|------------------------|-----------------------|--------------------|--------------------|----------------------|----------------|
| | Capital social | Capital a integralizar | Capital integralizado | Reserva legal | Retenção de lucros | Prejuízos acumulados | |
| Saldos em 1º de janeiro de 2015 | 289.000 | (63.189) | 225.811 | 1.549 | 22.073 | - | 249.433 |
| Prejuízo do período | - | - | - | - | - | (16.054) | (16.054) |
| Saldos em 30 de junho de 2015 | <u>289.000</u> | <u>(63.189)</u> | <u>225.811</u> | <u>1.549</u> | <u>22.073</u> | <u>(16.054)</u> | <u>233.379</u> |
| Saldos em 1º de janeiro de 2016 | 289.000 | (63.189) | 225.811 | - | - | (13.268) | 212.543 |
| Integralização de capital conforme AGE em 13 de abril de 2016 | - | 28.000 | 28.000 | - | - | - | 28.000 |
| Integralização de capital conforme AGE em 12 de agosto de 2016 | - | 12.000 | 12.000 | - | - | - | 12.000 |
| Prejuízo do período | - | - | - | - | - | (37.417) | (37.417) |
| Saldos em 30 de junho de 2016 | <u>289.000</u> | <u>(23.189)</u> | <u>265.811</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(50.685)</u> | <u>215.126</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

| | 2016 | 2015 |
|---|---------------------|----------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Prejuízo do período | (37.417) | (16.054) |
| Ajustes para: | | |
| Depreciação | 489 | 400 |
| Amortização | 8.852 | 8.952 |
| Baixa do intangível | 6 | 174 |
| Baixa do ativo imobilizado líquida | 70 | - |
| Provisão para manutenção | 17.155 | 7.765 |
| Constituição da provisão para demandas judiciais | 237 | 368 |
| Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures | 55.635 | 51.779 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (658) | (647) |
| | <u>44.369</u> | <u>52.737</u> |
| (Aumento) redução no ativo: | | |
| Contas a receber | 742 | 1.725 |
| Despesas pagas antecipadamente | (395) | (529) |
| Outros créditos | (1.840) | (2.408) |
| Aumento (redução) no passivo: | | |
| Fornecedores | 1.802 | (9.401) |
| Passivo fiscal corrente | 87 | (291) |
| Obrigações sociais | 724 | 772 |
| Contas a pagar | 2.351 | 400 |
| Consumo de provisão para manutenção | (9.380) | - |
| Juros de empréstimos e financiamentos e debentures pagos | <u>(39.556)</u> | <u>(46.413)</u> |
| Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais | <u>(1.096)</u> | <u>(3.408)</u> |
| Fluxo de caixa de atividades de investimentos | | |
| Aplicações financeiras | (78.740) | (67.500) |
| Resgate das aplicações | 89.377 | 86.892 |
| Aquisição de imobilizado | (1.987) | (1.494) |
| Adição ao intangível | <u>(18.635)</u> | <u>(38.424)</u> |
| Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimentos | <u>(9.985)</u> | <u>(20.526)</u> |
| Fluxo de caixa de atividades de financiamentos | | |
| Aumento de capital em dinheiro | 40.000 | - |
| Captação de empréstimos e financiamentos | - | 46.783 |
| Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures | <u>(36.398)</u> | <u>(16.551)</u> |
| Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades de financiamentos | <u>3.602</u> | <u>30.232</u> |
| (Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa | <u>(7.479)</u> | <u>6.298</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro | <u>13.223</u> | <u>28.019</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa em 30 de junho | <u><u>5.744</u></u> | <u><u>34.317</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

| | 2016 | 2015 |
|--|----------------------|----------------------|
| Receitas operacionais | <u>111.112</u> | <u>132.398</u> |
| Serviços prestados | 88.163 | 92.180 |
| Receita de construção | 22.710 | 40.075 |
| Outras receitas | 239 | 143 |
| Insumos adquiridos de terceiros | <u>(64.474)</u> | <u>(70.309)</u> |
| Custos serviços prestados | (17.534) | (16.126) |
| Custo de construção | (22.710) | (40.075) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (24.230) | (14.108) |
| Valor adicionado bruto | <u>46.638</u> | <u>62.089</u> |
| Depreciação de imobilizado | (489) | (400) |
| Amortização de intangível | (8.852) | (8.952) |
| Valor adicionado líquido produzido | <u>37.297</u> | <u>52.737</u> |
| Receitas financeiras | 1.925 | 3.493 |
| Valor adicionado total a distribuir | <u><u>39.222</u></u> | <u><u>56.230</u></u> |
| Distribuição do valor adicionado | | |
| Pessoal | <u>9.849</u> | <u>9.445</u> |
| Remuneração direta | 7.324 | 7.066 |
| Benefícios | 1.977 | 1.757 |
| F.G.T.S. | 507 | 526 |
| Outros | 41 | 96 |
| Impostos, taxas e contribuições | <u>8.332</u> | <u>8.550</u> |
| Federais | 4.036 | 4.188 |
| Estaduais | 183 | 89 |
| Municipais | 4.113 | 4.273 |
| Remuneração de capitais de terceiros | <u>58.458</u> | <u>54.289</u> |
| Juros | 57.745 | 53.612 |
| Aluguéis | 713 | 677 |
| Remunerações de capitais próprios | <u>(37.417)</u> | <u>(16.054)</u> |
| Prejuízo do período | <u>(37.417)</u> | <u>(16.054)</u> |
| Total distribuição valor adicionado | <u><u>39.222</u></u> | <u><u>56.230</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto quando expressamente mencionado o contrário)

1 Contexto operacional

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Argemiro Sandoval, nº 30, Jardim Americano, Lins - São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da Companhia é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se no km 667 e 630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da Concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente desta concessão, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$411.600, dos quais R\$82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;
- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária. Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013; e
- Realização de investimentos na rodovia.

Conforme demonstrado na demonstração de resultado e no balanço patrimonial do período findo de seis meses em 30 de junho de 2016, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 37.417 e capital circulante líquido negativo de R\$ 109.606. Para fazer frente a suas obrigações contratuais a Companhia conta com o suporte dos acionistas por meio de integralizações de capital, sendo que no semestre findo em 30 de junho de 2016 já houve aumento de capital no montante R\$ 40.000, bem como com recursos de terceiros, previstos para ocorrer nos planos de negócio da Companhia. As informações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Companhia.

Os planos da administração visam a recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios. Para isso a administração busca a contínua eficiência operacional e consequentemente a redução dos custos de operação e manutenção da rodovia. Adicionalmente as projeções futuras de mercado indicam a melhoria do cenário econômico, que conjuntamente com a correção anual das tarifas, conforme previsto no contrato de concessão, e a retomada do crescimento econômico com impacto positivo no tráfego da rodovia, permitirão à Companhia aumentar suas receitas. Além disso, os impactos recentes da alta de inflação e juros, tanto nas despesas operacionais como na correção dos saldos das dívidas, serão menores acompanhando a tendência de redução dos níveis atuais de juros e inflação.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foi autorizada pela Administração em 14 de outubro de 2016.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a. Julgamento

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa nº 5(d)** - Classificação de obras de melhoria incorporadas ao ativo intangível, dentro da interpretação técnica ICPC 01 (R1).

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 13-** Determinação da vida útil e recuperabilidade do ativo intangível;
- **Notas explicativas nºs 18 e 20 -** Provisão para manutenção e Provisão para contingências-reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa nº 19-** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabelecer uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3, e reportes diretamente ao CFO.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras intermediárias em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa nº 26 -** Instrumentos financeiros.

Adicionalmente, diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- (i) *Aplicações financeiras*
Os valores justos de aplicações financeiras são baseados em informações de instituições financeiras, os quais são idênticos aos valores contábeis.
- (ii) *Empréstimos e recebíveis*
O valor justo de empréstimos e recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros apurados na data de apresentação que se equipara ao valor contábil em função do curto prazo de recebimento.
- (iii) *Passivos financeiros não derivativos*
O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras intermediárias.

a. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

- (i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*
A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do período.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos dos empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo.

As vidas úteis médias estimadas para o período corrente e exercício comparativos são as seguintes:

| | |
|----------------------------|---------|
| Computadores e periféricos | 4 anos |
| Máquinas e equipamentos | 10 anos |
| Móveis e utensílios | 10 anos |
| Veículos | 5 anos |

c. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

(i) Contratos de concessão de serviços

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário:

Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

(ii) *Direito de outorga*

O valor pago ao poder concedente correspondente ao direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “Direito de Outorga”, no ativo intangível (nota explicativa nº 14). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) foram registradas no passivo e já foram liquidadas.

O direito de outorga da concessão vem sendo amortizado pela curva de tráfego pelo prazo da concessão.

(iii) *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

(iv) *Gastos subsequentes*

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

(v) *Amortização*

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão. A amortização é reconhecida no resultado.

A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A vida útil média estimada para o período corrente e exercício comparativo dos outros intangíveis é a seguinte:

Software 5 anos

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável.

d. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (não derivativos)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificaram qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

e. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

f. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(i) Provisão de manutenção - Contratos de construção

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura com um nível específico de operacionalidade ou recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente no final do contrato de concessão são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

g. Receita operacional

(i) Receita de pedágio

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(ii) Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) - Contratos de Concessão, as receitas relativas ao serviço de construção/melhoria prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão, por corresponder a um direito sobre tal ativo, sendo registrada pelo seu valor justo. Este direito que corresponde a receita de construção/melhoria, é composto de custo de construção/melhoria acrescido a margem de lucro a aos custos de empréstimos atribuíveis e este ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

h. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras intermediárias e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

j. Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

k. Informações por segmento

A principal receita da atividade da Companhia vem do recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Companhia explorar outras fontes de receitas complementares, de acordo com o contrato de concessão. Todas as decisões dos administradores e gestores relativas ao planejamento estratégico, financeiras, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance são tomadas considerando a Companhia como um todo, ou seja, a Companhia está organizada em um único segmento de negócio.

l. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são requeridas pelas normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não adotou estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 *Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)*

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)*

A IFRS 15 exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que se espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

- IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* (Ativos e Passivos Regulatórios);
- *Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations* (Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto) (alterações do CPC 19 / IFRS 11);
- *Acceptable Methods of Depreciation and amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38);
- *Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture* (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas;
- *Investment Entities: Consolidation Exception* (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28); e
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Adicionalmente, não se espera que as normas ou modificações possam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

8 Caixa e equivalentes de caixa

| | 30/06/2016 | 31/12/2015 |
|------------------------------------|--------------|---------------|
| Caixa | 1 | 1 |
| Bancos | 5.583 | 13.062 |
| Fundo de troco/numerários trânsito | 160 | 160 |
| | <u>5.744</u> | <u>13.223</u> |

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 26.

9 Aplicações financeiras

| | 30/06/2016 | 31/12/2015 |
|------------------------|------------|------------|
| Aplicações financeiras | 36.386 | 47.023 |

Aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco Bradesco, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES e Debêntures, veja maiores detalhes nas notas explicativas nº 15 e 16.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 26.

10 Contas a receber

| | 30/06/2016 | 31/12/2015 |
|---------------------|--------------|---------------|
| Pedágio eletrônico | 8.886 | 9.471 |
| Visa - vale-pedágio | 183 | 167 |
| Brinks | 319 | 837 |
| DBTrans | 173 | 120 |
| Outros | 299 | 7 |
| | <u>9.860</u> | <u>10.602</u> |

O contas a receber da Companhia não apresenta montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não existe ajuste para provisão para redução do valor recuperável sobre o contas a receber.

11 Outros créditos

| | 30/06/2016 | 31/12/2015 |
|--|-------------------|-------------------|
| Adiantamentos a fornecedores - terceiros | 745 | 1.476 |
| Adiantamentos a fornecedores - partes relacionadas - Nota 12 | 6.356 | 4.172 |
| Outros | 1.190 | 1.526 |
| | 8.291 | 7.174 |

12 Transações com partes relacionadas

A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores no trimestre e semestre findos em de 30 de junho de 2016 e 2015:

| Descrição | 30/06/2016 (3 meses) | 30/06/2015 (3 meses) | 30/06/2016 (6 meses) | 30/06/2015 (6 meses) |
|------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Diretores estatutários | 10 | 10 | 21 | 19 |

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia.

A Companhia submete todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas.

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

a. Principais saldos

| | | Saldo em aberto em | |
|--|-------------|---------------------------|-------------------|
| | Nota | 30/06/2016 | 31/12/2015 |
| Ativo | | | |
| <i>Adiantamentos a fornecedores</i> | | | |
| BRVias Holding VRD S.A. | (i) | 707 | 623 |
| BRVias S.A. | (vii) | 5.649 | 3.549 |
| | | 6.356 | 4.172 |
| Total adiantamentos a fornecedores (nota explicativa nº 11) | | | |
| Passivo | | | |
| <i>Serviços prestados</i> | | | |
| Empresa Princesa do Norte S.A. | (iii) | 152 | 143 |
| Splice Ind e Com de Serviços Ltda. | (iv) | 90 | 335 |
| BRVias S.A. | (vii) | 150 | 853 |
| Noroestecom Telecomunicações S/A. | (ix) | - | 9 |
| Marília Transporte Ltda. | (iii) | 1 | - |
| Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. | (vi) | 9 | - |
| | | 402 | 487 |
| Total fornecedores (nota explicativa nº 17) | | | |
| | | 402 | 487 |
| Total do passivo | | | |
| | | 402 | 487 |

b. Transações que afetaram o resultado

| | Nota | Valor da transação no resultado dos períodos | | | |
|--|-------|---|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| | | 30/06/2016 (3 meses) | 30/06/2015 (3 meses) | 30/06/2016 (6 meses) | 30/06/2015 (6 meses) |
| <i>Serviços prestados</i> | | | | | |
| Empresa Princesa do Norte S.A. | (iii) | (519) | (432) | (957) | (877) |
| Splice Ind e Com de Serviços Ltda. | (iv) | (340) | (213) | (622) | (479) |
| BRVias S.A. | (vii) | (1.926) | (734) | (3.171) | (1.353) |
| Barbará Obras e Edificações Ltda. | (ii) | (252) | (109) | (283) | (216) |
| Avine Engenharia Ltda EPP | (v) | - | (81) | (82) | (163) |
| Noroestecom Telecomunicações S/A. | (ix) | (5) | (14) | (25) | (23) |
| Conservação Sorocabana Ltda. | (ii) | (15) | (12) | (16) | (22) |
| Marília Transporte Ltda. | (iii) | (15) | (11) | (17) | (21) |
| Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. | (vi) | (29) | (46) | (66) | (56) |
| Total fornecedores | | (3.101) | (1.652) | (5.239) | (3.154) |

- (i) São serviços administrativos tais como publicação de balanço e outros que foram pagos pela Companhia;
- (ii) As transações referem-se à execução direta e/ou indireta as obras e serviços de engenharia previstas nos itens do programa de exploração de rodovia;
- (iii) Serviços de transportes de pessoal;
- (iv) Execução de serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia;
- (v) Serviços de consultoria de engenharia;
- (vi) Serviços de consultoria administrativa;
- (vii) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhado;
- (viii) Dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014; e
- (ix) Outros serviços diversos.

13 Imobilizado

| Em milhares de Reais | Computadores e periféricos | Máquinas e equipamentos | Móveis e utensílios | Veículos | Total |
|-------------------------------------|-------------------------------|----------------------------|------------------------|--------------|----------------|
| Custo | | | | | |
| Saldo em 1º de janeiro de 2015 | 2.308 | 3.024 | 1.530 | 131 | 6.993 |
| Adições | 1.734 | 1.913 | 124 | - | 3.771 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 4.042 | 4.937 | 1.654 | 131 | 10.764 |
| Adições | 77 | - | 123 | 1.787 | 1.987 |
| Baixas | - | (70) | - | - | (70) |
| Saldo em 30 de junho de 2016 | 4.119 | 4.867 | 1.777 | 1.918 | 12.680 |
| Depreciação acumulada | | | | | |
| Saldo em 1º de janeiro de 2015 | (1.172) | (2.029) | (554) | (41) | (3.796) |
| Depreciação no exercício | (521) | (181) | (113) | (27) | (842) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | (1.693) | (2.210) | (667) | (68) | (4.638) |
| Depreciação no período | (268) | (124) | (84) | (13) | (489) |
| Saldo em 30 de junho de 2016 | (1.961) | (2.334) | (751) | (81) | (5.127) |
| Valor líquido contábil | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2015 | 2.349 | 2.727 | 987 | 63 | 6.126 |
| Em 30 de junho de 2016 | 2.158 | 2.533 | 1.026 | 1.836 | 7.554 |

14 Intangível

| | Praças de pedágio | Recuperação Da rodovia | Sistema de arrecadação | Direito de outorga(i) | Outros-concessão(ii) | Software | Total |
|---------------------------------------|-------------------|------------------------|------------------------|-----------------------|----------------------|--------------|------------------|
| Custo | | | | | | | |
| Saldo em 1° de janeiro de 2015 | 34.992 | 362.063 | 7.697 | 413.597 | 82.469 | 1.828 | 902.646 |
| Aquisições e construções | 95 | 71.820 | 99 | - | 33.231 | 1.143 | 106.388 |
| Baixas | - | - | - | - | (173) | - | (173) |
| Saldo em 1° de janeiro de 2016 | 35.087 | 433.883 | 7.796 | 413.597 | 115.527 | 2.971 | 1.008.861 |
| Aquisições e construções | 3 | 5.625 | - | - | 15.167 | 241 | 21.036 |
| Baixas | - | - | (6) | - | - | - | (6) |
| Saldo em 30 de junho de 2016 | 35.090 | 439.508 | 7.790 | 413.597 | 130.694 | 3.212 | 1.029.891 |
| Amortização acumulada | | | | | | | |
| Saldo em 1° de janeiro de 2015 | (7.364) | (12.206) | (1.424) | (36.998) | (4.622) | (876) | (63.490) |
| Amortização do exercício | (633) | (7.834) | (141) | (7.467) | (2.086) | (54) | (18.215) |
| Saldo em 1° de janeiro de 2016 | (7.997) | (20.040) | (1.565) | (44.465) | (6.708) | (930) | (81.705) |
| Amortização do período | (301) | (3.776) | (67) | (3.553) | (1.123) | (32) | (8.852) |
| Saldo em 30 de junho de 2016 | (8.298) | (23.816) | (1.632) | (48.018) | (7.831) | (962) | (90.557) |
| Valor líquido contábil | | | | | | | |
| Em 30 de junho de 2015 | 27.090 | 413.843 | 6.231 | 369.132 | 108.819 | 2.041 | 927.156 |
| Em 30 de junho de 2016 | 26.792 | 415.692 | 6.158 | 365.579 | 122.863 | 2.250 | 939.334 |

- (i) Conforme descrito na nota explicativa 1, a Companhia registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstramos a seguir:

| | 2009 |
|---|----------------|
| Valor da outorga | 411.000 |
| Ajuste a valor presente | (11.202) |
| Atualização monetária anterior ao início das atividades | 13.799 |
| | <u>413.597</u> |

- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos.

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada Custos dos serviços prestados, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o Direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

15 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e liquidez, veja nota explicativa nº26.

| | Taxa de juros a.a. | Indexador | Vencimento | 30/06/2016 | 31/12/2015 |
|------------------------|--------------------|-----------|-------------|----------------|----------------|
| Finame-BNDES (i) | 5,50% | - | 2021 | 1.300 | 2.024 |
| Finem-BNDES (ii) | 2,41% | TJLP | 2025 | 140.299 | 178.577 |
| Finem-BNDES (ii) | 2,41% | UMIPCA-M. | 2025 | 70.271 | 89.443 |
| Capital de giro | 3,25% | CDI | 2016 | 26.104 | 25.042 |
| Leasing | 17,09% a 19,68% | - | 2015 - 2016 | 2.409 | 890 |
| Total (iii) | | | | 240.383 | 295.976 |
| Parcela circulante | | | | 66.310 | 64.803 |
| Parcela não circulante | | | | 174.073 | 231.173 |

- (i) Empréstimo obtido junto ao BNDES, por intermédio de instituição financeira, na modalidade Finame para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens.
- (ii) Em 14 de dezembro de 2011, a Companhia firmou, em conjunto com o BNDES, contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$343.706, sobre 71,4% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal e durante o período de carência, com exigibilidade trimestral e sobre 28,6% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais UMIPCA-M (Unidade Monetária IPCA), com exigibilidade anual e carência durante os dois primeiros anos. Recursos que foram e serão utilizados para investimentos na rodovia. O valor total de R\$343.706, sendo que, até 31 de dezembro de 2015, foram liberados R\$274.246. Conforme cláusulas contratuais firmadas entre as partes, o saldo de R\$41.923 será liberado durante o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016, concomitantemente ao cronograma de investimento do Contrato de Concessão, nas respectivas proporções de desembolso para cada subcrédito.

A amortização do principal dos subcréditos atrelados a TJLP será em 114 prestações mensais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2012 (Sub A), 15 de novembro de 2013 (Sub C e E), 15 de novembro de 2015 (Sub H e J). Já a amortização do principal dos subcréditos atrelados a UMIPCA-M será em 9 prestações anuais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2013 (Sub B) e em 15 de janeiro de 2015 (Sub D, F, I e K). O Subcrédito G será utilizado na implantação de projetos sociais nas populações lindeiras ao longo da rodovia, a amortização deste subcrédito se dará em 114 parcelas mensais, a serem iniciadas em 15 de novembro de 2015, ao custo de TJLP.

Em dezembro de 2011 foi liberado o montante de R\$140.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$57.676 do Subcrédito A, R\$23.103 do Subcrédito B, R\$35.000 do Subcrédito C e R\$24.222 do Subcrédito D.

Em outubro de 2012 foi liberado o montante de R\$29.000 e em 14 de dezembro de 2012 foi liberado o montante de R\$6.000, referente ao subcrédito "C". Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em abril de 2013 foi liberado o montante de R\$30.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$18.694 do Subcrédito C e R\$11.306 do Subcrédito D. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em maio e junho de 2014 foram liberados o montante de R\$50.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$35.700 do Subcrédito H, R\$14.300 do Subcrédito I. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em janeiro, maio e junho de 2015 foram liberados o montante de R\$46.783, referentes aos seguintes subcréditos: R\$7.511 do Subcrédito C, R\$28.039 do Subcrédito H e R\$11.233 do Subcrédito I. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Garantias

- Cessão da totalidade dos Direitos Creditórios;
- Cessão do Crédito de Contas Vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária; e
- Aval da Comporte Participações S.A e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A, até que sejam cumpridas certas obrigações contratuais.

As garantias reais citadas acima são compartilhadas com a 1ª Emissão de Debêntures, na proporção do saldo devedor de cada dívida.

O financiamento ainda conta com a garantia no montante de R\$41.923 através de fiança bancária, que serão resgatadas quando do cumprimento das obrigações previstas no contrato com o BNDES.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$2.809 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. Em 31 de dezembro de 2015 o montante a apropriar no resultado futuro totaliza R\$1.824.

As principais cláusulas restritivas dos contratos de financiamento com o BNDES descritos acima são as seguintes:

- Não realizar distribuição de dividendos, ou pagamentos de juros sobre capital próprio e ou pagamentos de juros ou principal de mútuos juntos aos controladores da Companhia cujo valor, supere o mínimo previsto em lei, até o final do exercício de 2016;
- Sem prévia e expressa anuência do BNDES, não se endividar em valores que superem R\$20.000, com exceção as dívidas permitidas;
- Não contrair mútuos com sua acionista e com partes relacionadas de sua acionista, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- Manter os seguintes índices financeiros:
 - Patrimônio líquido/Ativo total maior ou igual a 20%;
 - Índice de Cobertura da Dívida ICSD superior a 1,2;
 - Manter o índice “Dívida líquida / EBITDA anualizado” igual ou menor do que 5 (cinco) até dezembro de 2015, e igual ou menor do que 4 (quatro) a partir de janeiro de 2016, até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para o período e exercício findos em junho e dezembro de cada ano, sendo que para o período encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia atingiu o índice de Dívida líquida / EBITDA de 6,35 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou menor a 5. A Administração da Companhia obteve cartas de consentimento (*waiver*) por parte do credor e das instituições financeiras fiadoras da referida operação até 31 de dezembro de 2015 para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 e período de seis meses a encerrar-se em 30 de junho de 2016, sendo a próxima medição a ser realizada por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras referentes ao exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2016.

Em 30 de junho de 2016 a Companhia possuía R\$41.923 de linha de crédito aprovada junto ao BNDES e a liberar. A liberação ocorre mediante a comprovação dos investimentos previstos no cronograma de desembolsos apresentado ao BNDES.

- (iii) Os empréstimos e financiamentos possuem, em 30 de junho de 2016, taxa média ponderada de 7,92% a.a.

O saldo classificado como não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

| Vencimento | 2016 |
|-------------------|----------------|
| 2017 | 28.434 |
| 2018 | 28.434 |
| 2019 | 28.434 |
| 2020 | 28.462 |
| 2021- 2025 | 60.309 |
| Total | 174.073 |

16 Debêntures

| Tipo de operação | Taxa de juros a.a. | 30/06/2016 | 31/12/2015 |
|-------------------------|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Debêntures | 7,75% a.a. + IPCA | 437.902 | 402.628 |
| Parcela circulante | | 33.513 | 402.628 |
| Parcela não circulante | | 404.389 | - |

Em 04 de junho de 2012, a Companhia realizou a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$300.000. Foram emitidas 300 debêntures com o valor nominal unitário de R\$1.000, com vencimentos anuais, primeiro vencimento em 2018 e último vencimento em 04 de junho de 2027. As Debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 7,75% ao ano.

Cada uma das debêntures fará jus a juros, pagáveis a cada período de 12 (doze) meses contados da data de emissão, iniciando em 04 de junho de 2013 até 04 de junho de 2027.

Garantias

- Cessão da totalidade dos Direitos Creditórios;
- Cessão do Crédito de Contas Vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária; e
- Fiança da Comporte Participações S.A., Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A., Breda Transportes e Serviços S.A. e Calas Participações S.A. a partir de 30 de junho de 2014, da BRVias Holding VRD S.A.

As Garantias Reais citadas acima são compartilhadas com o contrato de financiamento do BNDES da modalidade FINEM, na proporção do Saldo Devedor de cada Dívida.

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes:

- Manter os seguintes índices financeiros:
 - Índice de Cobertura da Dívida ICSD superior a 1,3;
 - Manter o índice “Dívida líquida / EBITDA anualizado” igual ou menor do que 5,1 até dezembro de 2014, igual ou menor do que 4,5 até dezembro de 2015, e igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2017, igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento;
 - Manter o índice “Dívida líquida / Patrimônio líquido” anualizado igual ou menor do que 4,0 até dezembro de 2014, igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2015, e igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento;
 - Patrimônio líquido/Ativo total maior ou igual a 20%; e
 - Manter o índice “EBITDA/Despesas financeira” anualizado igual ou maior do que 1,5 até dezembro de 2016, igual ou maior do que 2,0 até dezembro de 2017 e igual ou maior do que 2,5 a partir janeiro de 2018 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para exercício findos em dezembro de cada ano, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não atingiu os índices de Dívida líquida / EBITDA de 6,35 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou menor a 4,5, e EBITDA/Despesas financeira de 1,05 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou maior que 1,5, e como consequência, o montante de R\$385.779 em 31 de dezembro de 2015, foi reclassificado do passivo não circulante para o passivo circulante em atendimento ao item 74 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26, uma vez que o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado em não exigir pagamento antecipado como consequência do descumprimento do compromisso, após a data do balanço e antes da data da autorização para emissão das demonstrações financeiras. A Administração da Companhia solicitou aos credores em 14 dezembro de 2015 a repactuação das condições das debêntures objetivando adequar os referidos *covenants* para as condições econômicas atuais, bem como anuência para o seu descumprimento. Em 29 de março de 2016, os credores concordaram, em uma Assembleia Geral de Debenturistas, em não decretar o vencimento antecipado (*waiver*), em atendimento a solicitação da Administração da Companhia, afastando a hipótese de vencimento antecipado pelo não atendimento destes *covenants*, motivo pelo qual os saldos voltaram a ser classificados em função dos vencimentos originais.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$2.214 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante a apropriar no resultado futuro em 31 de dezembro de 2015 é de R\$1.719

O saldo classificado como não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

| Vencimento | R\$ |
|--------------|------------------------------|
| 2018 | 11.763 |
| 2019 | 20.144 |
| 2020 | 24.203 |
| 2021 | 28.262 |
| 2022 - 2027 | <u>320.017</u> |
| Total | <u><u>404.389</u></u> |

17 Fornecedores

| | Nota | 30/06/2016 | 31/12/2015 |
|------------------------------------|------|---------------|---------------|
| Fornecedores - partes relacionadas | 12 | 402 | 487 |
| Fornecedores diversos | | 9.210 | 13.960 |
| Medições a pagar | | 2.835 | 1.809 |
| Retenções (i) | | <u>13.575</u> | <u>15.559</u> |
| Total | | <u>26.022</u> | <u>31.815</u> |

- (i) A Companhia adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

17.1 Fornecedores - risco sacado

A Companhia possui contratos firmados com bancos para estruturar alguns de seus fornecedores a operação denominada “forfait”. Nestas operações os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para os bancos que, por sua vez, passam a ser credores da operação. A utilização de instituição financeira intermediando a aquisição de serviços com tais fornecedores tem por objetivo alongar o prazo de pagamento e contribuir para a melhoria do fluxo de caixa operacional. Considerando as características de tais transações e ciente do ofício CVM 01/2016 de 18 de fevereiro de 2016, a Companhia está apresentando o saldo de tais transações em rubrica específica.

Em 30 de junho de 2016, as taxas de desconto das operações de cessão realizadas pelos fornecedores junto a instituições financeiras tiveram média ponderada de 120% a.m. à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

18 Provisão para manutenção - Contrato de concessão

A Companhia constitui provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado abaixo:

| | 31/03/2016 | 31/12/2015 |
|------------------------|----------------------|----------------------|
| Passivo circulante | 25.225 | 18.661 |
| Passivo não circulante | <u>22.607</u> | <u>21.396</u> |
| Total | <u><u>47.832</u></u> | <u><u>40.057</u></u> |

Movimentação da provisão para manutenção

| | 30/06/2016 | 31/12/2015 |
|------------------------|----------------------|----------------------|
| Saldo inicial | 40.057 | 22.260 |
| Realização por consumo | (9.381) | - |
| Adições | <u>17.156</u> | <u>17.797</u> |
| Saldo final | <u><u>47.832</u></u> | <u><u>40.057</u></u> |

19 Ativos e passivos fiscais diferidos

Em 30 de junho de 2016 a Companhia reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, referente à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

| | 30/06/2016 | 31/12/2015 |
|---|------------------------|------------------------|
| Ativo | | |
| Prejuízo fiscal e base negativa | 25.545 | 17.714 |
| Provisão para manutenção | 8.694 | 6.051 |
| Outras provisões temporárias | 1.678 | 1.035 |
| (-) Ativo fiscal não reconhecido (*) | <u>(26.682)</u> | <u>(15.565)</u> |
| | <u>9.235</u> | <u>9.235</u> |
| Passivo | | |
| Custos dos empréstimos | (1.333) | (1.333) |
| Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1) | <u>(28.792)</u> | <u>(29.450)</u> |
| | (30.125) | (30.783) |
| Líquido | <u><u>(20.890)</u></u> | <u><u>(21.548)</u></u> |

(*) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos em sua totalidade com relação a estes itens por falta de premissas futuras com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

| | Saldo em 30 de junho de 2016 | Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 30/06/2016 (3 meses) | 30/06/2015 (3 meses) | 30/06/2016 (6 meses) | 30/06/2015 (6 meses) |
|----------------------------------|------------------------------------|---------------------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Ativo | | | | | | |
| Prejuízo fiscal e base negativa | 25.545 | 17.714 | 4.687 | (12) | 7.831 | (12) |
| Provisão para manutenção | 8.694 | 6.051 | 936 | (1.315) | 2.643 | - |
| Outras provisões temporárias | 1.678 | 1.035 | 29 | - | 643 | - |
| (-) Ativo fiscal não reconhecido | (26.682) | (15.565) | (5.652) | - | (11.117) | - |
| | 9.235 | 9.235 | - | (1.327) | - | (12) |
| Passivo | | | | | | |
| Custos dos empréstimos | (1.333) | (1.333) | - | - | - | - |
| Intangíveis - Efeito temporário | (28.792) | (29.450) | 328 | 1.648 | 658 | 659 |
| | (30.125) | (30.783) | 328 | 1.648 | 658 | 659 |
| Líquido | (20.889) | (21.548) | 328 | 321 | 658 | 647 |

a. *Créditos tributários*

Em 30 de junho de 2016, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

| Descrição | 30/06/2016 | 31/12/2015 |
|---|------------|------------|
| a. Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social | 75.133 | 51.392 |

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

b. *Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social*

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da administração da alíquota anual esperada.

| Descrição | 30/06/2016 (3 meses) | 30/06/2015 (3 meses) | 30/06/2016 (6 meses) | 30/06/2015 (6 meses) |
|---|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social | (21.427) | (5.629) | (38.075) | (16.701) |
| Alíquota nominal | 34% | 34% | 34% | 34% |
| (=) Despesas com imposto a alíquota nominal | 7.285 | 1.915 | 12.945 | 5.679 |
| (-) Adições permanentes | (450) | 312 | (179) | (21) |
| (+) Exclusões permanente | (386) | - | - | - |
| (-) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos | (5.465) | 713 | (11.117) | (2.168) |
| (+/-) Outros créditos não reconhecidos | (654) | (2.619) | (990) | (2.843) |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | - | - | - | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 328 | 321 | 658 | 647 |
| | (1%) | (6%) | (2%) | (4%) |

20 Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e demais penalidades em decorrência das fiscalizações dos agentes reguladores. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 30 de junho de 2016, está provisionado o montante de R\$ 1.558 (R\$ 1.321 em 2015), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Resumo da movimentação

| Descrição | Cíveis | Trabalhistas | Total |
|--------------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| Saldo inicial 31 de dezembro de 2015 | 597 | 724 | 1.321 |
| Reversão de provisão | 408 | (169) | 237 |
| Saldo final | 1.005 | 554 | 1.558 |

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 2.751 em 30 de junho de 2016 (R\$ 4.811 em 2015).

| Descrição | 30/06/2016 | | 31/12/2015 | |
|--------------|------------|--------------|------------|--------------|
| | Quantidade | R\$ | Quantidade | R\$ |
| Cíveis | 68 | 1.154 | 67 | 3.630 |
| Trabalhistas | 34 | 1.597 | 18 | 1.181 |
| Total | 71 | 2.751 | 85 | 4.811 |

A Companhia possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 26.500 (nota explicativa nº 27), seguro para possíveis atrasos em obras conforme previsto no edital licitatório no valor de R\$ 119.145 (nota explicativa nº 27) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, no qual a Companhia é responsável solidária.

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de junho de 2016 o capital social da Companhia era composto de R\$ 289.000, sendo R\$ 265.811 já integralizados e R\$ 23.189 a integralizar (R\$ 63.189 a integralizar em 31 de dezembro de 2015) e está representado por 144.500.450 de ações ordinárias e 144.499.550 de ações preferenciais.

b. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Conforme comentado na nota explicativa nº 15, por conta do contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia não poderá distribuir dividendos superiores ao dividendo mínimo obrigatório.

22 Receita operacional líquida

Abaixo a composição da receita operacional líquida:

| | 30/06/2016 (3 meses) | 30/06/2015 (3 meses) | 30/06/2016 (6 meses) | 30/06/2015 (6 meses) |
|-----------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| Receita de pedágios | 44.005 | 46.216 | 88.163 | 92.180 |
| Receitas acessórias | 156 | 74 | 239 | 143 |
| Receita de construção | 15.585 | 29.966 | 22.710 | 40.075 |
| Outras receitas | - | - | 17 | 31 |
| Tributos incidentes | (3.665) | (3.831) | (7.336) | (7.641) |
| Total | 56.081 | 72.425 | 103.793 | 124.788 |

23 Gastos por natureza

Abaixo a composição do custo dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais:

| | 30/06/2016 (3 meses) | 30/06/2015 (3 meses) | 30/06/2016 (6 meses) | 30/06/2015 (6 meses) |
|--|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| Serviços de terceiros | (8.023) | (7.334) | (17.298) | (15.759) |
| Custo com pessoal | (5.722) | (5.637) | (11.338) | (10.927) |
| Amortização e depreciação | (4.733) | (4.763) | (9.339) | (9.351) |
| Constituição de provisão para manutenção | (13.159) | (3.895) | (17.155) | (7.765) |
| Custo de contrato concessão | (2.783) | (2.406) | (5.393) | (4.955) |
| Outros | (1.573) | (1.743) | (2.815) | (2.536) |
| Total | (35.993) | (25.778) | (63.338) | (51.293) |
| Custo dos serviços prestados | (33.878) | (22.192) | (59.387) | (47.140) |
| Despesas administrativas e gerais (i) | (2.115) | (3.586) | (3.951) | (4.153) |
| Custo de construção | (15.585) | (29.966) | (22.710) | (40.075) |

(i) As despesas administrativas são compostas basicamente por despesas com pessoal.

24 Resultado financeiro, líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos trimestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 foram:

| | 30/06/2016 (3 meses) | 30/06/2015 (3 meses) | 30/06/2016 (6 meses) | 30/06/2015 (6 meses) |
|---------------------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Receitas financeiras | | | | |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 753 | 1.829 | 1.925 | 3.491 |
| Total das receitas financeiras | 753 | 1.829 | 1.925 | 3.491 |
| Despesas financeiras | | | | |
| Juros sobre financiamentos | (25.490) | (23.161) | (54.912) | (52.088) |
| Outras despesas financeiras | (1.193) | (978) | (2.833) | (1.524) |
| Total das despesas financeiras | (26.683) | (24.139) | (57.745) | (53.612) |
| Resultado financeiro líquido | (25.930) | (22.310) | (55.820) | (50.121) |

25 Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os trimestres findos em 30 de Junho de 2016 e 2015.

O cálculo básico de resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

A seguir apresentamos os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação:

Memória de cálculo do resultado por ação

| Exercício | Resultado do período | Quantidade ponderada de ações | Resultado por ação Básico e diluído - R\$ - Expresso em Reais |
|------------------------|----------------------|-------------------------------|---|
| Segundo trimestre 2015 | (5.308) | 289.000.000 | (0,01837) |
| Segundo trimestre 2016 | (21.707) | 289.000.000 | (0,07511) |
| Primeiro semestre 2015 | (16.054) | 289.000.000 | (0,05555) |
| Primeiro semestre 2016 | (37.417) | 289.000.000 | (0,12948) |

26 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

| 30 de junho de 2016 | Nota | Valor contábil | | | Total | Valor justo | | | Total |
|-------------------------------|------|---|--------------------------|-----------------------------|---------|-------------|---------|---------|---------|
| | | Valor justo através do resultado (Negociação) | Empréstimos e recebíveis | Outros passivos financeiros | | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | |
| Ativos | | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 8 | - | 5.744 | - | 5.744 | - | - | - | - |
| Aplicação financeira | 9 | 36.386 | - | - | 36.386 | - | 36.386 | - | 36.386 |
| Contas a receber | 10 | - | 9.860 | - | 9.860 | - | - | - | - |
| Outros créditos | | - | 740 | - | 740 | - | - | - | - |
| Passivos | | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 15 | - | - | 240.383 | 240.383 | - | 240.383 | - | 240.383 |
| Debêntures | 16 | - | - | 437.902 | 437.902 | - | 437.902 | - | 437.902 |
| Fornecedores | 17 | - | - | 26.022 | 26.022 | - | - | - | - |
| Fornecedores - risco sacado | 17.1 | - | - | 9.996 | 9.996 | - | - | - | - |

| 31 de dezembro de 2015 | Nota | Valor contábil | | | Total | Valor justo | | | Total |
|-------------------------------|------|---|--------------------------|-----------------------------|---------|-------------|---------|---------|---------|
| | | Valor Justo através do resultado (Negociação) | Empréstimos e recebíveis | Outros passivos financeiros | | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | |
| Ativos | | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 8 | - | 13.223 | - | 13.223 | - | - | - | - |
| Aplicação financeira | 9 | 47.023 | - | - | 47.023 | - | 47.023 | - | 47.023 |
| Contas a receber | 10 | - | 10.602 | - | 10.602 | - | - | - | - |
| Outros créditos | | - | 1.526 | - | 1.526 | - | - | - | - |
| Passivos | | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 15 | - | - | 295.976 | 295.976 | - | 295.976 | - | 295.976 |
| Debêntures | 16 | - | - | 402.628 | 402.628 | - | 402.628 | - | 402.628 |
| Fornecedores | 17 | - | - | 31.815 | 31.815 | - | - | - | - |

b. Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 30 de junho de 2016.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de liquidez

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, redução do tráfego e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento as necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

Cronograma de amortização da dívida

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados.

| Em 30/06/2016 | Contábil | Fluxo contratual | 2016 | 2017 | Acima de 2018 |
|------------------------------|----------------|---------------------|----------------|----------------|------------------|
| Empréstimos e financiamentos | 240.383 | 358.464 | 36.752 | 65.933 | 255.779 |
| Debêntures | 437.902 | 751.394 | - | - | 751.394 |
| Fornecedores | 36.018 | 36.018 | 36.018 | - | - |
| | <u>714.304</u> | <u>1.144.677</u> | <u>71.571</u> | <u>65.933</u> | <u>1.007.173</u> |
| Em 31/12/2015 | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 295.976 | 435.936 | 72.907 | 67.031 | 295.548 |
| Debêntures | 402.628 | 864.287 | 31.924 | 35.219 | 797.144 |
| Fornecedores | 31.815 | 31.815 | 31.815 | - | - |
| | <u>730.419</u> | <u>1.332.038</u> | <u>136.646</u> | <u>102.250</u> | <u>1.092.692</u> |

(iii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 30 de junho de 2016 ativos ou passivos em moeda estrangeira, conseqüentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo IPCA - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo, CDI - Certificado de Depósito Interbancário e TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras intermediárias, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

| Risco | Valor contábil | | |
|--|----------------|------------|---------|
| | 30/06/2016 | 31/12/2015 | |
| Instrumentos de taxa pré-fixada | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 1.985 | 2.914 | |
| Instrumentos de taxa variável | | | |
| Empréstimos e financiamentos | TJLP | 140.299 | 178.577 |
| Empréstimos e financiamentos | UM-IPCA | 70.271 | 89.443 |
| Capital de giro | CDI | 26.104 | 25.042 |
| Debêntures | IPCA | 437.902 | 402.628 |

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do IPCA, CDI e TJLP, principal exposição de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros as estas variáveis são apresentadas abaixo:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do IPCA e TJLP.

(ii) Seleção dos cenários

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa do IPCA de acordo com as projeções obtidas pelo BACEN - Relatório FOCUS e a TJLP obtida no BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, ambas em 30 de junho de 2016.

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA e TJLP foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da IPCA e TJLP é apresentada na tabela abaixo:

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - Apreciação das taxas

| Instrumentos | Exposição 2016 | | Risco | | Cenários | | | | | |
|--|-------------------|----------------|------------|-----------------|------------|-----------------|--------------------------|-----------------|--------------------------|-------|
| | | | | | Provável | | Aumento do índice em 25% | | Aumento do índice em 50% | |
| | | | | | Valor | Valor | Valor | Valor | Valor | Valor |
| Empréstimos e financiamentos | 140.299 | Aumento TJLP | 7,50% | (10.522) | 9,38% | (13.153) | 11,25% | (15.784) | | |
| Empréstimos e financiamentos | 70.271 | Aumento UMIPCA | 1,84% | (1.293) | 2,30% | (1.616) | 2,76% | (1.940) | | |
| Capital de giro | 26.104 | Aumento CDI | 14,25% | (3.720) | 17,81% | (4.650) | 21,38% | (5.580) | | |
| Debêntures | 437.902 | Aumento IPCA | 9,32% | (40.812) | 11,65% | (51.016) | 13,98% | (61.219) | | |
| Total dos passivos financeiros | 674.576 | *** | *** | (56.347) | *** | (70.435) | *** | (84.523) | | |
| Impacto no resultado do período apresentado | | | | | | (14.088) | | (14.088) | | |

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - Depreciação das taxas

| Instrumentos | Exposição 2016 | Risco | Cenários | | | | | |
|--|-------------------|----------------|------------|---------------|-----------------------------|---------------|-----------------------------|---------------|
| | | | Provável | | Redução do índice em 25% | | Redução do índice em 50% | |
| | | | | Valor | | Valor | | Valor |
| Empréstimos e financiamentos | 140.299 | Redução TJLP | 7,50% | 10.522 | 5,63% | 7.890 | 3,75% | 5.258 |
| Empréstimos e financiamentos | 70.271 | Redução UMIPCA | 1,84% | 1.293 | 1,38% | 970 | 0,92% | 647 |
| Capital de giro | 26.104 | Redução CDI | 14,25% | 3.720 | 10,69% | 2.790 | 7,13% | 1.860 |
| Debêntures | 437.902 | Redução IPCA | 9,32% | 40.812 | 6,99% | 30.609 | 4,66% | 20.406 |
| Total dos passivos financeiros | 674.576 | *** | *** | 56.347 | *** | 42.259 | *** | 28.171 |
| Impacto no resultado do período apresentado | | | | | | 14.088 | 14.088 | |

A Companhia não apresenta quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais nas demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016.

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ARTESP - Agência de Transportes do Estado de São Paulo) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

(iv) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de *rating*. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

27 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da Companhia, são compostas por:

| Modalidade | Vigência | Cobertura |
|-------------------------|---------------------|------------------|
| Garantia operação | Mai/2016 a Mai/2017 | 79.679 |
| Garantia ampliação | Mai/2016 a Mai/2017 | 119.145 |
| Operacionais | Mai/2016 a Mai/2017 | 24.860 |
| Responsabilidade Civil | Mai/2016 a Mai/2017 | 33.300 |
| Engenharia | Mai/2016 a Mai/2017 | 25.968 |
| Engenharia - Obra Bauru | Mai/2016 a Mai/2017 | 53.500 |

Em virtude da aquisição de dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de Responsabilidade Civil contra Terceiros (Danos Materiais, Corporais e Morais).

28 Benefícios a empregados

A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo a empregados e administradores: auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale alimentação.

Não é política da Companhia conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

29 Aspectos ambientais

A ViaRondon - Concessionária de Rodovia S.A. considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

30 Risco regulatório

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na nota explicativa nº 26.

A Companhia, durante o curso normal das suas atividades está sujeita a fiscalizações do órgão regulador, estando suscetível a questionamentos e as penalidades cabíveis, caso não esteja atendendo as obrigações licitatórias. Para os questionamentos realizados pelo órgão regulador a Companhia realizou os devidos esclarecimentos e com base neste fato, e na avaliação dos seus assessores jurídicos, não constatou qualquer evento relevante que possa afetar as suas demonstrações financeiras.

31 Compromissos

Decorrente da verba de fiscalização

A Companhia assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária, portanto em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013, conforme descrito na nota explicativa nº 1.

Investimentos

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. Esse montante a realizar em 30 de junho de 2016 totaliza R\$881.025, valor nominal.

32 Demonstrações de fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2.

Durante o exercício findos em 30 de junho de 2016 a Companhia adquiriu ativo intangível no montante de R\$21.036, dos quais R\$2.401 são itens não caixa referente às retenções parciais do valor de serviço contratado - fornecedores, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros.

33 Eventos subsequentes

Mandado de busca e apreensão

Em 01 de julho de 2016, foi cumprido na sede da Companhia o Mandado de Busca e Apreensão, expedido pelo Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de obter evidências para investigação de diversos financiamentos concedidos pelo FI-FGTS, tendo sido pela Companhia disponibilizadas todas informações solicitadas.

Durante o mês de setembro de 2016, a Companhia contratou consultores externos para investigar as alegações relacionadas a Ação Cautelar que gerou o referido mandado de busca e apreensão. Atualmente as investigações independentes encontram-se em andamento.

Até o momento, não houve qualquer desdobramento desta ação, sendo que a Companhia não é ré ou foi citada em qualquer inquérito ou ação penal relacionada a estes fatos. A Companhia continua à disposição das autoridades legais para prestar esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Aumento de capital

Durante o mês de setembro de 2016, a acionista BRVias Holding VRD S.A. aportou o montante de R\$41.400 para aumento de capital.

Diretoria

Marcos Máximo de Novaes Mendonça
Diretor Financeiro

José Efraim Neves da Silva
Diretor Administrativo

Ricardo de Souza Adenes
Diretor de Relações com Investidores

Antônio Vieira Netto
Diretor de Engenharia

Heloisa Custódio de Oliveira
Diretora de Operações

Conselho da Administração

Antônio Roberto Beldi

Henrique Constantino

Ricardo Constantino

Ricardo de Souza Adenes

Contador

Marcelo Carlos Biancolini
Contador - CRC/SP nº 1SP236252/O-0